

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 631 - Brasília, terça-feira, 3 de fevereiro de 1998



Senado faz na convocação o trabalho de seis meses

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem que a instituição vem fazendo no período da convocação extraordinária "o trabalho de seis meses". O senador Bernardo Cabral também disse que o Senado está trabalhando muito e chega a registrar a presença de 80 dos 81 senadores, mas a imprensa continua a generalizar em suas críticas aos parlamentares. **Página 5**



José Alves: governo federal está indiferente



Benedita: mortes de crianças são inaceitáveis

Alves e Benedita cobram mais atenção à saúde pública

A senadora Benedita da Silva fez ontem uma veemente condenação ao governo do estado e à prefeitura do Rio de Janeiro por não assumirem a responsabilidade pelas mortes de 71 bebês em maternidades municipais da cidade no mês passado. A senadora lembrou que a falta de higiene nas maternidades do Rio já foi denunciada em CPIs, que também apontaram a escassez

de equipamentos e de pessoas nessas unidades. Também preocupado com o quadro da saúde pública, o senador José Alves afirmou que o governo é contraditório, nos discursos e na ação, no que se refere ao saneamento das deficiências estruturais no setor. Alves vê o governo distante dos apelos das populações mais pobres. **Página 6**

Sigilo, Lei Pelé e reforma na pauta de hoje

Comissão de Justiça deverá analisar substitutivo à proposta do Senado relativa a direitos autorais

O projeto de lei que trata do sigilo bancário está na pauta de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos e do plenário do Senado. A Comissão de Justiça, por sua vez, deverá ouvir hoje a apresentação do parecer do senador Romero Jucá às emendas oferecidas em plenário à

proposta de reforma administrativa. A CCJ decidirá também sobre substitutivo da Câmara à proposta do Senado relativa a direitos autorais. Ainda hoje, as três comissões que analisam a Lei Pelé deverão conhecer parecer sobre a matéria. **Páginas 2 e 3**

Destruição de aeronaves será examinada pela CRE

PÁGINA 3

CCJ analisa hoje reforma administrativa

A apresentação do parecer do relator Romero Jucá (PFL-RR) às emendas oferecidas em plenário à proposta de reforma administrativa, anteriormente prevista para amanhã, foi antecipada para a reunião de hoje, às 10h, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), a

CCJ deve deliberar também sobre o substitutivo da Câmara ao projeto de lei do Senado que altera e atualiza as normas de direitos autorais.

O projeto, cujo relator é o senador Romeu Tuma (PFL-SP), conceitua termos como *publicação*, *transmissão ou emissão*, *distribuição*, *comunicação ao público* e *obra*, para melhor compreen-

são da nova lei. Este último conceito, por exemplo, é classificado em: obra em co-autoria, quando criada por dois ou mais autores; anônima, quando não se indica o nome do autor; pseudônima, quando o autor se oculta sob nome suposto, e ainda: obra inédita, póstuma, originária, derivada, coletiva ou audiovisual.

Tuma apresentou parecer

pela aprovação do substitutivo da Câmara, com a supressão de três artigos, com requerimento de destaque para votação em separado. Tuma quer retirar do texto a transferência dos direitos autorais para empregadores, comitentes ou produtores.

A CCJ deve votar também o projeto de lei da Câmara sobre cargos e funções no qua-



Tuma relata direitos autorais

dro de pessoal da secretaria do Supremo Tribunal Federal, cujo relator é o senador Josaphat Marinho (PFL-BA).

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

10h - Despacho interno

11h - Recebe diretores da Aneel

15h30 - Preside Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: *PLS nº 219/95 - Complementar (tramita em conjunto com os PLSs nºs 7/95 e 53/97), que dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras; *PLS nº 7/95 - Complementar (tramita em conjunto com os PLSs nºs 219/95 e 53/97), que dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de informações à Secretaria da Receita Federal por parte das instituições financeiras, sociedades corretoras e assemelhadas que específica; *PLS nº 53/97 (tramita em conjunto com os PLSs nºs 219/95 e 7/95), que altera o art. 38 da Lei nº 4.595/64 e os arts. 18, 23 e 24 da Lei nº 7.492/86

COMISSÕES

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: *PLS nº 219/95 - Complementar, que dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras; *PLS nº 7/95 - Complementar, que dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de informações à Secretaria da Receita Federal por parte das instituições financeiras, sociedades corretoras e assemelhadas que específica; e *PLS nº 53/97 - Complementar, que altera o art. 38 da Lei nº 4.595/64 e os arts. 18, 23 e 24 da Lei nº 7.492/86. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: *PLC nº 02/98, que cria, transforma e extingue cargos e funções no quadro de pessoal da secretaria do Supremo Tribunal Federal; *PLS nº 249/89, que altera, atualiza e consolida a Lei nº 5.988/73, que regula os direitos autorais; e apresentação do relatório sobre as emendas de plenário à "PEC nº 41/97, que modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da administração pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas, e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal (reforma administrativa). Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Mensagens nºs 80/97 e 83/98, submetendo à deliberação do Senado Federal os nomes dos diplomatas Mário Augusto Santos e Synesio Sampaio Goes Filho para exercerem o cargo de embaixador do Brasil junto à Ucrânia e a Portugal, respectivamente; *PLC nº 47/96, que altera a Lei nº 7.565/86, para incluir hipótese de destruição de aeronave; *PDL nº 144/97, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural, celebrado entre o Brasil e o Uruguai, em Rivera, em 16.10.96; *PDL nº 74/97, que aprova o texto da Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, concluída em Haia, em 29.05.93; *PDL nº 132/97, que aprova o texto do Acordo-Quadro de Cooperação Econômica, Indus-

trial e para o Desenvolvimento, celebrado entre o Brasil e a Itália, em Roma, em 12.02.97; *PDL nº 59/97, que aprova o texto do Acordo por Troca de Notas relativo ao ingresso do Brasil, na qualidade de membro pleno, no Comitê do Aço da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, celebrado entre o Brasil e aquela organização, em Paris, em 17.06.96. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Quarta-feira (04.02.98)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: *Projeto de Resolução nº 1/98, que autoriza o estado do Rio Grande do Sul a elevar temporariamente os limites previstos no art. 4º, incisos I e II, da Resolução 69/95, do Senado Federal, de forma a permitir que o estado possa realizar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no valor de R\$ 38,6 milhões; e *Mensagem nº 81/98, que submete à deliberação do Senado o nome de Carlos Alberto Pessoa Pardellas, ministro de primeira classe do quadro especial da carreira de diplomata, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República da Bulgária

Quinta-feira (05.02.98)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: *PDL nº 133/97, aprova o texto do Acordo de Cooperação na área de Turismo, celebrado entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República da Hungria

COMISSÕES

Quarta-feira (04.02.98)

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: *Requerimento da senadora Marina Silva, para que seja convocado por esta comissão os ministros de Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, Gustavo Krause; da Ciência e Tecnologia, Israel Vargas; o presidente do Ibama, Eduardo Martins; e o diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - Inpe, Márcio Nogueira Barbosa; além de representantes de organizações não-governamentais e da comunidade científica, para prestar informações, em audiência pública, sobre os índices de desmatamento da Amazônia, referentes ao período de 1995-1997, anunciados nesse último dia 26.01.98, na cidade de São José dos Campos; *PLC nº 31/97 (tramitando em conjunto com o PLS nº 156/97), revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43; *PLS nº 156/97 (tramitando em conjunto com o PLS nº 31/97), altera a redação do parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

Quinta-feira (05.02.98)

10h - Reunião conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Comissão de Assuntos Sociais e Comissão de Educação

Pauta: *PLC nº 78/97 (discussão e votação), que institui normas gerais sobre desporto. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

Vítima deve ser informada de seus direitos em juízo

A vítima em processo nos juizados especiais cíveis e criminais deverá ser informada de seus direitos. Esta garantia está prevista no projeto de lei apresentado pelo senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), que deverá ser analisado, em tramitação terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O caput do artigo 69 da Lei 9.099, de 1995, entrega à autoridade policial a responsabilidade por encaminhar ao juizado termo circunstanciado sobre o fato a ser julgado. A alteração proposta pelo senador José Ignácio Ferreira acresce um parágrafo segundo ao artigo 69, reconhecendo o direito de a vítima ser informada.

O projeto do senador inclui,



José Ignácio: direito da vítima

entre os direitos da vítima em processo nos juizados especiais, o de conhecer o desenvolvimento dos autos, sendo-lhe garantida audiência de conciliação, a possibilidade de composição dos danos civis e a representação verbal.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Hollanda - Marluze Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

Proposta que possibilita às assembléias legislativas, às câmaras municipais e aos tribunais de contas o acesso às informações bancárias dos investigados está na pauta da CAE e do plenário

Sigilo bancário pode ser votado hoje

A Comissão de Assuntos Econômicos deve discutir novamente, na manhã de hoje, o projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que amplia as situações em que se pode quebrar o sigilo bancário de pessoas, empresas e órgãos públicos sob investigação. A matéria já foi votada na comissão e chegou a constar da Ordem do Dia do plenário da última quarta-feira, mas não foi votada a pedido do governo, porque a equipe econômica pretendia estudar melhor o assunto, à luz da crise asiática.

Assim, o relator da matéria, senador Jefferson Péres (PSDB-AM), deve dar parecer, na CAE, às mudanças a serem propostas ao substitutivo que apresentou ao projeto de Lúcio Alcântara. Se houver votação na CAE, à tarde o assunto será levado ao plenário para discussão e possí-



O plenário poderá se pronunciar hoje sobre o projeto de Alcântara (no destaque), que recebe sugestões da equipe econômica do governo

vel votação.

O substitutivo de Jefferson Péres amplia às assembléias legislativas, às câmaras de vereadores e aos tribunais de contas a possibilidade de pedido de quebra de sigilo. Atualmente, só o Congresso e o Banco Central podem pedir quebra de sigilo bancário.

Jefferson Péres propôs ainda que os bancos fiquem obrigados a enviar à Receita Federal os nomes de pessoas que movimentarem contas bancárias ou fizerem aplicações acima de determinados valores, os quais serão fixados pela própria Receita.



CCJ, CAS e CE discutem a Lei Pelé

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), realiza reunião conjunta com as comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Educação (CE), hoje, a partir das 11h, quando o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) apresentará relatório ao projeto da Lei Pelé que institui normas gerais para o desporto brasileiro.

Ao projeto, que será discutido e votado nesta quinta-feira, também em reunião conjunta, foram oferecidas no âmbito da CCJ quatro emendas: duas pelo senador Gilvam Borges (PMDB-AP) e duas pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC). Além de Quintanilha, relator junto à CCJ, a matéria tem a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) e o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) como relatores na CAS e na CE, respectivamente.

Destruição de aeronaves hostis entra na pauta da CRE para exame

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) vota hoje o projeto de lei da Câmara que prevê a hipótese de destruição de aeronave considerada hostil, após autorização do presidente da República. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) já aprovou parecer do senador Romeu Tuma (PFL-SP), presidente em exercício da CRE, que concluiu pela constitucionalidade do projeto. Agora a CRE examinará seu mérito, conveniência e oportunidade. Atualmente a legislação admite apenas a possibilidade de detenção da aeronave que cometa

infrações das convenções ou atos internacionais no espaço aéreo brasileiro. Uma dessas infrações é o desrespeito à obrigatoriedade de pouso em aeroporto internacional para o exame dos certificados e outros documentos indispensáveis, para averiguação de sua carga no caso de restrição legal e para averiguação de ilícito.

Pelo projeto, a aeronave será classificada como hostil após esgotados os meios coercitivos legalmente previstos para fazê-la cumprir as determinações legais, ficando então sujeita à medida de destruição, ato que dependerá de

autorização do presidente da República. A autoridade aeronáutica que ordenar diretamente a destruição responderá, segundo a proposição, pelos excessos

cometidos.

O senador José Agripino (PFL-RN) é o relator designado e a reunião está marcada para as 17h30.

ACORDOS INTERNACIONAIS

A CRE vai examinar, ainda, quatro projetos que tratam de acordos internacionais, entre eles o que aprova o texto da convenção relativa à proteção das crianças e à cooperação em processos de adoção internacional. A matéria já esteve na pauta da comissão, mas ficou sobrestada depois do pedido de vista feito pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ), relatora do projeto. Estão na pauta também duas mensagens do Executivo que submetem à apreciação do Senado nomes de diplomatas para exercerem os cargos de embaixadores do Brasil junto à Ucrânia e a Portugal. As matérias serão relatadas pelos senadores José Agripino (PFL-RN) e Hugo Napoleão (PFL-PI).

TV e rádio transmitem a sessão

A leitura do parecer sobre a Lei Pelé, pelo relator da matéria, senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), poderá ser acompanhada, ao vivo, pelos telespectadores da TV Senado e pelos ouvintes da Rádio Senado FM, 91,7MHz. Os dois veículos vão transmitir a sessão conjunta da CCJ, CAS e CE, a partir das 11h, quando o relatório será divulgado.

Odacir Soares propõe fim da inelegibilidade consanguínea

O senador Odacir Soares (PTB-RO) apresentou proposta de emenda à Constituição que acaba com os casos de inelegibilidade para o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até segundo grau ou por adoção, do presidente da República, governadores e prefeitos.

Para o líder do PTB no Senado, uma vez que foi adotada no país a possibilidade de reeleição dos chefes de Executivos, não se justifica que seja mantida a restrição da inelegibilidade, prevista no parágrafo sétimo do capítulo 14 da Constituição.

Pondera que a inelegibilidade existia "para evitar que os detentores de mandatos executivos pudessem utilizar o poder político momentâneo para beneficiar candidatos parentes, mas perde sua motivação se o poder político e as benesses do mandato permanecem sob o comando dos detentores de cargos".

Odacir Soares também apresentou projeto que obriga os juízes e membros do Ministério Público a cumprirem os prazos processuais. Segundo o senador, sua proposta vai tomar mais



Odacir: "Medida perde motivação"

célere e pontual a tramitação dos processos na Justiça do país.

Argumenta que somente os advogados cumprem os prazos na Justiça. De acordo com sua proposta, se os magistrados e promotores não cumprirem os prazos determinados pela lei estarão sujeitos à ação de reparação de danos; terão seus nomes excluídos por um ano da lista de promoção do Poder Judiciário; além do registro negativo nos assentamentos funcionais, por descumprimento de prazos. O projeto prevê que só em caráter excepcional e justificável poderão os juízes dilatar os prazos a que estejam sujeitos.

Lauro: homenagem ao pai, que completaria 106 anos

O senador Lauro Campos (PT-DF) homenageou a memória do seu pai, o jurista Carlos Campos, que ontem completaria 106 anos e que "dedicou toda a vida ao estudo e à meditação, tentando desvendar os hieróglifos do mundo". O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse que essa homenagem ampliava sua admiração por Lauro Campos, cujo discurso, em sua opinião, traduzia a exaltação de um grande pai que teve um

grande filho e que foi um dos mais notáveis mineiros deste século.

Lauro Campos afirmou que seu pai nunca perdeu o apego à democracia e nunca abandonou a independência intelectual, a seriedade e a curiosidade em relação ao mundo. Disse também que esse intenso amor pela democracia fez Carlos Campos levar para a Faculdade de Direito informações sobre várias ciências sociais.

Em testemunho desse amor pelo conhecimento, contou que seu pai, perto de morrer, pediu aos médicos que levassem um balão de oxigênio para a sala de aula, a fim de morrer fazendo o que gostava.

Lembrou as homenagens que, há seis anos, o então ministro da Educação, Carlos Santana, promoveu em celebração ao centenário de nascimento desse jurista. Foi apartado com palavras de elogio por Benedita da Silva (PT-RJ), Bernardo Cabral (PFL-AM) e Francelino Pereira (PFL-MG).



Lauro lembrou Carlos Campos

Senador apresenta projeto de lei tornando obrigatória a programação da cor amarela nos cruzamentos entre 23h e 6h

Jucá quer evitar assaltos em semáforos à noite

O senador Romero Jucá (PFL-RR) apresentou projeto de lei obrigando que, entre 23h e 6h, os semáforos de cruzamentos sejam programados para exibir exclusivamente a cor amarela intermitente. Pela proposição, isso só não ocorrerá quando houver patrulha policial em serviço no local do cruzamento.

Jucá destacou reportagem publicada ontem no jornal *O Dia* sobre o aumento do número de assaltos em cruzamentos depois que o novo Código de Trânsito Brasileiro entrou em vigor. "O motorista tem de escolher entre pagar R\$ 173 de multa por atravessar o sinal vermelho ou ser



Romero Jucá: "Multa ou assalto"

assaltado", disse.

Na justificativa do projeto, o senador argumenta que muitos já admitiram que respeito condicional à sinalização de trânsito não combina com a insegurança das ruas e avenidas

desertas das cidades. "Quando o volume de tráfego nas interseções reduz-se a níveis insignificantes, os semáforos tornam-se tecnicamente desnecessários", argumentou Romero Jucá.

O novo Código de Trânsito tem sido muito importante para o Brasil, não só pelas mudanças, mas também por causa da conscientização da importância da vida. Mas devemos compatibilizá-lo com a vontade do legislador. Como haverá um aumento significativo das multas, os órgãos de trânsito poderão contratar policiais para proteger os cruzamentos mais perigosos - sustentou.

Emília: reivindicação de 11,98% é "fruto do processo democrático"

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) disse ontem que todas as autoridades públicas, na defesa do erário público, devem recorrer a todas as instâncias judiciais, direito que é também dos funcionários e de seus sindicatos. A observação foi feita a propósito de notícia segundo a qual o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, teria se recusado a cumprir decisão judicial que determinou o pagamento de 11,98% aos funcionários do Senado, a título de correção de erro de cálculo da União quando da criação da URV. O prazo de cumprimento da sentença expirou em 5 de janeiro, acrescentou.

- É uma situação de conflito, portanto, fruto do processo democrático, e, exatamente por isso, conta com o Poder Judiciário como instrumento para avaliar as razões de ambos os lados - frisou. A senadora também fez um apelo ao presidente do Senado para que a situação seja resolvida "de forma justa, legal e democrática". Emília Fernandes afirmou

que, "por ser suplente e não ter sido convocada", não participou da reunião da Mesa em que a decisão foi tomada. Ela solicitou informações oficiais ao presidente do Senado, pois, na sua opinião, do modo como a questão está colocada na imprensa, passa-se a idéia de que "a instância máxima de produção de leis do país não as cumpre, mesmo diante de uma ordem judicial".

Além disso, a seu ver, a decisão "caminha na direção contrária ao trabalho de resgate da imagem do Senado Federal, de valorização da instituição legislativa máxima do país, que vem

se efetivando, de forma especial, desde a gestão do presidente José Sarney, e, agora, pelo presidente Antonio Carlos Magalhães".

Para ela, se há recursos a apresentar, o Senado e a União devem fazê-lo, "mas se existe uma decisão judicial determinando o pagamento, que ela seja cumprida e, posteriormente, que se recorra a outras instâncias, em respeito à harmonia que deve existir entre os Poderes constituintes do país".

Quanto à notícia de que existiria uma ordem de pressionar os servidores com função gratificada para abrirem mão do reajuste em troca da manutenção de seus cargos, Emília Fernandes disse esperar que ela não seja verdadeira. Caso confirmada, "é muito grave, por tratar-se de uma atitude extremamente antidemocrática, que agride as pessoas em seu legítimo direito de sindicalizar e de reivindicar possíveis prejuízos salariais, de forma legal e constitucional", assinalou.



Emília: "Fruto da democracia"

Senador lembra que a Casa já aprovou 31 matérias no primeiro mês do período extraordinário e chega a registrar em plenário a presença de 80 dos 81 senadores

Cabral garante que Senado produziu muito na convocação e rejeita críticas

O Senado está trabalhando muito e chega a registrar a presença em plenário de 80 dos 81 senadores, mas a imprensa continua a generalizar em suas críticas aos parlamentares, observou ontem, em discurso, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

- Nota-se que a opinião popular a cada dia é preparada para tecer antipatias ao Legislativo, como se esta não fosse uma Casa onde a cada quatro anos se renova um terço e a cada oito anos os outros dois terços de seus integrantes - afirmou.

Para o senador amazonense, o Legislativo é, dos três Poderes, o mais autêntico, para onde "ecoam os clamores populares, as aspirações do povo". Já no Executivo e no Judiciário, disse, as decisões são fechadas.

- Uma Casa dessa natureza, amplamente democrática, deveria ser a primeira a receber respaldo, sobretudo da imprensa, porque o Poder Legislativo fechado representaria uma imprensa amordaçada. Mas é

o Parlamento que sempre vem sofrendo uma campanha desmoralizante - assinalou Bernardo Cabral.

O senador lembrou que, à época da convocação extraordinária do Congresso, foi dito que a pauta era extensa demais, mas os senadores já apreciaram 31 matérias, entre elas a emenda sobre o regime funcional dos militares, a instituição das rádios comunitárias e a regulamentação do trabalho voluntário. Além disso, as comissões têm trabalhado na



Cabral: incompreensão na mídia reforma administrativa, na mudança do sigilo bancário e na chamada Lei Pelé, entre

outras, acrescentou.

- Se o Senado fez a apreciação de 31 matérias na convocação extraordinária, é evidente que o seu trabalho foi fértil e foi construído sobretudo na base daqueles que têm a responsabilidade - frisou. Bernardo Cabral ponderou, no entanto, que o Senado é obrigado a seguir as normas constitucionais e regimentais, com trâmites e prazos mínimos de discussão de projetos.



ACM: críticas respondidas

País não tem primeiro-ministro, lembra ACM

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que o ministro das Comunicações, Sérgio Motta, não deveria opinar sobre o desempenho de outros setores do governo, fora do âmbito de sua pasta, "até porque, no regime presidencialista, não existe primeiro-ministro".

- O ministro Sérgio Motta deve ocupar-se do Ministério das Comunicações, que tem grandes e graves problemas - e ele está até atuando bem -, e deixar as agências ligadas aos outros ministérios, que não ficam sob sua orientação - afirmou. O senador ressaltou que as críticas dirigidas por Motta a entidades ligadas ao Ministério de Minas e Energia já tinham sido respondidas pelo ministro Raimundo Brito.

- O ministro já deu uma resposta; eu também já respondi. Agora, cabe ao presidente da República, se achar conveniente, dizer o que pensa - declarou.

Na convocação, trabalho de seis meses

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem, em plenário, que os senadores vêm fazendo na convocação "o trabalho de seis meses". O registro foi feito depois de discurso do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), quando o parlamentar amazonense destacou que o plenário apreciou 31 matérias nas três primeiras

semanas da convocação do Congresso durante o recesso parlamentar.

Pouco antes, também em discurso, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) havia lamentado que o *Jornal do Commercio* incluía seu nome na lista de parlamentares que viajaram para seus estados na tarde da última quinta-feira.

"A sessão da quinta-feira, da

qual participei, foi realizada pela manhã. Não houve sessão à tarde", disse.

Antonio Carlos Magalhães observou à senadora que a *Globo News* havia noticiado que ele se encontrava em Salvador para a festa de Iemanjá.

- No entanto, estou aqui em Brasília, presidindo a sessão do Senado - assinalou.

Amin apóia produtor catarinense de mariscos

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) apoiou a proposta de convênio de cooperação financeira entre a Secretaria de Desenvolvimento Rural e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (Sebrae-SC), objetivando o desenvolvimento da maricultura no litoral do estado. O projeto, no valor aproximado de R\$ 783 mil, tem o propósito de capacitar 3.600 mil profissionais, principalmente, para produção e gestão do cultivo de ostra, mexilhão e vieira, e foi enviado para apreciação do ministro da Agricultura.

Conforme o senador, o extenso litoral catarinense propicia a prática dessas atividades que já vêm sendo desen-



Amin: litoral rico em Santa Catarina

volvidas pelo órgão em associação com a Universidade Federal de Santa Catarina, compreendendo treinamento profissional, técnico, de gestão e de consultoria.

A qualificação dos produ-

tos, habilitando-os à prática de técnicas modernas de cultivo e ao aproveitamento de informações de mercado e de administração de pequenos negócios, torna-se, na opinião de Amin, imprescindível diante da disputa de mercado com produtores estrangeiros. Além disso, oferece alternativa de emprego e renda à progressiva escassez das espécies próprias de captura extrativista.

Conforme Esperidião Amin, o plano de trabalho do Sebrae-SC prevê a realização de cursos de formação no período de março a novembro deste ano, já dispondo das instalações físicas necessárias, com rede de computadores e veículos de trans-

porte. O Sebrae-SC participaria com R\$ 155 mil, cabendo ao Ministério da Agricultura arcar com R\$ 628 mil.

- O extenso litoral catarinense com suas inúmeras baías, enseadas e estuários propiciam a prática intensiva da maricultura. Não existindo, entretanto, estímulo à geração de ocupações, de aperfeiçoamento profissional e de elevação de renda, grande parte das comunidades pesqueiras tem se desinteressado por prosseguir com seu trabalho estafante. Nesse sentido, o convênio lhes devolveria a confiança em serem recompensados nessa extenuante atividade. - defendeu o senador.

Senador denuncia descaso do governo com o setor. Benedita lembra que falta de higiene e escassez de recursos em maternidades já foram detectadas até por CPIs

Alves cobra mais atenção à Saúde

O senador José Alves (PFL-SE) disse ontem que o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso é contraditório, nos discursos e nas ações, no que se refere ao saneamento das deficiências estruturais da saúde pública brasileira.

- De um lado, o governo promete revigorar o Sistema Único de Saúde, estabelecendo diretrizes mais descentralizadas; de outro, o mesmo governo se recusa a propor elevação na dotação orçamentária destinada à saúde pública. Em flagrante descumprimento da Lei de Diretrizes Orçamentárias, o governo federal já expressou a intenção de reduzir os recursos des-



José Alves: governo insensível tinados à área - afirmou.

José Alves destacou relatório do Unicef, intitulado "Situação Mundial da Infância - 1997", publicado em dezembro último, que coloca o Brasil na 79ª posição, entre 191 países, em número de

crianças mortas antes dos cinco anos de idade. Conforme explicou, o estudo utiliza critérios objetivamente determinados e universalmente aceitos.

- Em cada mil crianças brasileiras que nascem, nada menos do que 52 morrem antes de sequer completar cinco anos. Em que pese o fato de o Unicef reconhecer um perfil de sensível melhora no desempenho brasileiro nos últimos anos, não há como cogitar uma postura de apoio às políticas de saúde adotadas pelo atual governo - assinalou.

Na opinião de José Alves, o governo federal parece distante dos apelos das populações mais miseráveis e indiferente às cau-

sas sociais mais prementes. "Em vez disso, prefere canalizar seus interesses à disseminação dos planos privados de saúde, que proliferam no país como mercadorias de luxo, sem qualquer controle sobre a qualidade do serviço prestado", acentuou.

- A imprensa tem denunciado o quanto os planos privados se transformam em sórdidas máquinas de reprodução capitalista, insensíveis às dores e às agonias físicas do ser humano. De um lado, o cidadão se vê constrangido pela precariedade do sistema público de saúde; de outro, se vê explorado, vilipendiado diante da truculência dos planos privados - frisou.



João Rocha: equilíbrio

João Rocha comemora crescimento do Tocantins

O senador João Rocha (PFL-TO) destacou ontem que foram positivos para o estado do Tocantins os últimos três anos do governo Siqueira Campos, marcados pelo "equilíbrio nas contas públicas e pelo crescimento de 7,82% do PIB, três vezes superior à média nacional". No seu entender, o esforço para manter as despesas no limite da receita estadual permitiu a ampliação de programas de investimentos em setores vitais para o desenvolvimento econômico.

De acordo com o senador, os projetos de melhoria da infra-estrutura e a conclusão de obras como a ferrovia Norte-Sul e a hidrovía Araguaia-Tocantins podem contribuir para uma maior integração do estado com as demais regiões e com os países importadores da Europa, Ásia e América do Norte. João Rocha também ressaltou a importância da construção da hidrelétrica de Lajeado, realizada pelo governo em parceria com a iniciativa privada. "A obra representará a redefinição do estado na área de energia", afirmou.

- O empenho do governo Siqueira Campos em mudar o perfil do estado está em sintonia com os anseios dos tocan-tinenses e com a nova realidade internacional, marcada pelo avanço da globalização e da competitividade, que exigirão cada vez mais dos governantes uma postura extremamente profissional e transparente na gestão dos negócios públicos - frisou.

João Rocha chamou a atenção para o fato de que houve um aumento de 12% na arrecadação em relação ao ano passado, o que tornou Tocantins o quarto estado em incremento de receita.

Benedita condena mortes de crianças em maternidades do Rio

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) considerou ontem "inaceitável" a morte de 71 bebês em maternidades municipais do Rio de Janeiro no mês passado. Segundo ela, o governo do estado e a prefeitura "ficam jogando a culpa um no outro, fazendo política com a morte dos bebês, e ninguém assume a responsabilidade".

- O prefeito Luiz Paulo Conde afirmou que o estado não tem moral para intervir no município porque não cumpriu sua parte, abrindo leitos na Baixada Fluminense. Isso, realmente, é verdade, mas não justifica o alto número de óbitos - afirmou a senadora.

Conforme Benedita da Silva, a falta de higiene nas maternidades cariocas já foi denunciada em CPIs, que também apontaram escassez de equipamento e de pessoal nessas unidades. "O episódio da Clínica Santa Genoveva me traz a responsabilidade de



Benedita: inaceitável

não ficar calada", salientou.

- Por que acontecem essas coisas? Estão injetando recursos federais no governo do estado do Rio de Janeiro e o ex-prefeito, quando saiu, disse que deixou um montante de dinheiro para o sucessor. Eu me coloco ao lado do prefeito e do governador para buscar os recursos - ponderou.

ARTIGO

Benedita pediu a reprodução nos Anais da Casa do artigo "Informação versus frivolidade" de autoria do professor de ética jornalística Carlos Alberto di Franco, publicado na edição de ontem de *O Globo*. De acordo com a senadora, o momento é "pertinente" para a leitura do texto, que critica a tendência da mídia de tratar fatos como *show*. Na opinião do autor, o jornalismo deve se voltar para a reportagem de qualidade e o jornalismo analítico, abandonando o "catastrofismo", em favor da denúncia verdadeira.

Acidentes do trabalho são preocupantes, avalia Júlio Campos

O senador Júlio Campos (PFL-MT) dirigiu apelo ao governo federal para que agilize a implementação do Programa de Melhoria das Con-

dições e dos Ambientes de Trabalho e exerce fiscalização rígida e constante. Referindo-se a pesquisa da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o senador considerou "extremamente preocupante" a posição do Brasil em décimo lugar no ranking mundial de acidentes dessa natureza, tendo registrado, em 95, mais de 424 mil trabalhadores feridos no desempenho de sua função.

Esses dados, advertiu, representam a estimativa de 25% dos casos reais, tendo em vista que as estatísticas oficiais levam em consideração apenas os postos de trabalho formal. Do total de acidentes, 3,9 mil resultaram em morte, o que representa 26,78% a mais do que em 94. São 9,35 mortes por mil aci-

dentos no Brasil, contra 2,97 no México e 0,95 nos Estados Unidos, comparou.

- As empresas acumulam prejuízos com horas e dias perdidos, e perdem seu maior patrimônio, que é o trabalhador. O governo aumenta gastos com pensão, aposentadoria por invalidez permanente e auxílio por incapacidade parcial permanente - analisou o senador. Ele acredita que governo e empresariado já estão conscientes da necessidade de uma ação objetiva para reverter os "lamentáveis indicadores de acidentes de trabalho no Brasil".

Levantamento feito pelo Ministério da Previdência, com base em 95, aponta, segundo o senador, um gasto da ordem de R\$ 4 bilhões em decorrência de acidentes de trabalho. Desse montante, R\$ 850 milhões "sangraram os minguados cofres do INSS, cuja arrecadação, no mesmo ano, foi de cerca de R\$ 2,5 bilhões", informou.



Campos: prejuízos



Amorim: fora dos gabinetes

Amorim elogia ação do Incra em Rondônia

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) aplaudiu a política agrária desenvolvida pelo governo federal, salientando que em Rondônia "não se verifica mais nenhum tipo de confronto por terras, pois a atual administração do Incra no estado saiu do gabinete e foi ao campo em busca de soluções, estabelecendo um excelente nível de entendimento com o próprio MST".

No entender de Amorim, o presidente Fernando Henrique, o ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, e o presidente do Incra, Milton Seligman, tratam a questão com seriedade, já que, em tempo algum, o pequeno agricultor esteve tão perto dos insumos básicos para a sua atividade, inclusive estradas para o escoamento da produção. O senador informou que recentemente viajou ao interior de Rondônia, convivendo com agricultores nas regiões de Cujubim, Campo Novo, Alto Paraíso e Projeto de Assentamento Américo Ventura. Neste último, o Incra promoveu "um exemplar modelo de assentamento para mais de 3 mil famílias, em uma área de 250 mil hectares, em terras públicas e desapropriadas".

Embora o desmatamento se reduza ano a ano, segundo o Inpe, áreas muito extensas são arrasadas, sem que o governo possa fazer cumprir a lei

Jefferson aponta ausência de política ambiental para o país

Ao manifestar preocupação com os dados do satélite do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) sobre o avanço do desflorestamento na região amazônica, divulgados na semana passada, o senador Jefferson Péres (PSDB-AM) afirmou ontem que "é lamentável e inaceitável um país com a maior e mais rica floresta tropical do mundo não possuir uma política efetiva de meio ambiente".

Conforme o senador, o índice da falta de uma política ambiental está na sobreposição de funções - e consequentes "tombadas" - entre os ministérios do Meio Ambiente, da Reforma Agrária, da Indústria e do Comércio, e da Agricultura.

Os dados do Inpe apontaram o desmatamento de 20.059 quilômetros quadrados em 1995, com redução para 18 mil em 96 e estimativas de 13 mil



Jefferson: "tombadas" ministeriais

para 1997.

Em contraponto às preocupações despertadas pelos dados do Inpe, Jefferson comentou que a aprovação, pela Câmara dos Deputados, da lei que pune crimes ambientais é um fato alvissareiro, apesar do protesto de ambientalistas contra o acordo que permitiu a votação da matéria.

Mesmo assim, Jefferson Péres avaliou que "é de se

perguntar se o poder público tem meios de fiscalização" para garantir a aplicação da lei. Na Amazônia, acrescentou, o Ibama conta com apenas 280 fiscais para atuarem nos 5 milhões de quilômetros quadrados da região. O grau de desaparecimento e de recursos humanos das autoridades ambientais é tal, segundo o senador, que só pode ser atribuído à inexistência de uma política ambiental para o país.

Em aparte, o senador Leonel Paiva (PFL-DF) salientou a necessidade de contratar técnicos para o setor, além de dotá-lo com uma infra-estrutura adequada, como barcos e sistemas de comunicação e de vigilância.

Já para o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), "o fato incontestável é que, na Amazônia, não há como o Ibama fazer uma fiscalização adequada".

Leonel aplaude medida para regular "parceria do boi gordo"

O senador Leonel Paiva (PFL-DF) elogiou ontem a edição da Medida Provisória 1.637, que regulamenta a supervisão dos mercados de títulos ou contratos de investimento coletivo. Ele definiu essa iniciativa como o primeiro passo do governo para preencher uma lacuna no sistema financeiro mobiliário, impondo às empresas exigências que possibilitem maior transparência no negócio do boi gordo.

Leonel explicou que, apesar de apresentar números expressivos e intensa publicidade, esse tipo de investimento cresceu sem uma regulamentação adequada. Populamente conhecido como "parceria do boi gordo", esse segmento vem atraindo, segundo o senador, milhares interessados, tendo triplicado, nos últimos dois anos, graças à rentabilidade oferecida. Orendimento, como salientou, fica em torno de 4% ao mês, taxa



Leonel: CVM fiscalizando o mercado

mais atraente que a da poupança. E destacou que a movimentação do setor vem surpreendendo o governo e o setor financeiro, pois chega a R\$ 100 milhões por ano.

Leonel Paiva resumiu a MP nos seguintes termos: as empresas de investimento em boi gordo terão que ser transformadas em sociedades anônimas e lançar debêntures no mercado, listreadas em seu patrimônio; suas informações financeiras

sobre o empreendimento terão que ser auditadas por auditores independentes; elas terão que obedecer a cláusulas e condições para negociar em bolsa; e deverão cumprir requisitos de idoneidade, habilitação técnica e capacidade financeira.

Conforme o parlamentar, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) passará a dispor de competência legal para fiscalizar o setor do boi gordo, desenvolvendo uma regulamentação eficaz à ponto de oferecer confiabilidade e transparência a esse mercado, tornando-o menos vulnerável às fraudes e mais confiável. Reconhecendo que o setor capta dinheiro a custos bem inferiores aos do sistema financeiro, Leonel observou a importância de preservar esse mercado, a fim de que seus recursos possam ser canalizados para o crescimento da atividade agropecuária.

DOCPAMAÇÃO

TV SENADO

7h - Entrevista com o senador Páez Tebet (PMDB-PE) sobre a liberação de verbas do BID para o desenvolvimento da Baía do Prata

8h - Debate com o senador Joel de Hollanda (PFL-PE) e o presidente da Embratur, Caio Carvalho sobre o turismo no Brasil

9h30 - Entrevista com o senador Páez Tebet

10h - Comissão de Constituição e Justiça - apreciação do projeto que altera a lei que regulamenta os direitos autorais

11h - Reunião conjunta da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Educação - apresentação do relatório do projeto de lei que institui as normas gerais sobre desporto (Lei Pelé)

Logo após - Comissão de Assuntos Econômicos - apreciação do projeto de lei que trata do sigilo bancário

14h30 - Sessão plenária (vivo) Logo após - Comissão de Relações Exteriores - que aprecia a indicação dos senhores Mão Augusto Santo e Synésio Sampaio Goes Filho para exercerem o cargo de embaixador do Brasil junto à Ucrânia e a Portugal

20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

20h40 - "Senado em Pauta"

21h - Sessão plenária (reapresentação)

0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

0h40 - "Senado em Pauta"

1h - Debate com o senador Joel de Hollanda e o presidente da Embratur Caio Carvalho

2h - "Jornal da Amazônia"

2h15 - "Senado em Pauta"

2h30 - Sessão plenária (reapresentação)

6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

6h40 - "Senado em Pauta"

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão"

RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

7h40 - Música e informação

11h - Reunião Conjunta (CCJ, CAS e CE)

Em seguida - Música e informação

13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

13h45 - Música e informação

14h - "Plenário em Revista"

14h30 - Sessão plenária

Em seguida - Música e informação

19h - "A Voz do Brasil"

20h - Música e informação

22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

22h45 - Música e informação

0h - Retransmissão da sessão plenária

4h - Música e informação até as 7h30

Amazônia merece atenção especial, defende Miranda

O senador Gilberto Miranda (PFL-AM) pediu às autoridades federais que abreviem o caminho para o crescimento econômico da Amazônia. De acordo com o senador, o Norte é a região que mais cresce no Brasil e, por isso, "merece uma atenção especial", mas vem sofrendo discriminações sucessivas.

A Amazônia tem respondido de forma positiva às aplicações de recursos, o que prova a pujança de sua economia, a determinação de sua classe empresarial e a capacidade produtiva do seu povo. Ao apelar ao governo para que acredite na região, afirmou que a pobreza, o narcotráfico, a devastação ambiental e o garimpo predatório farão parte do passado - disse.

Miranda salientou que vários governantes acabam discriminando a região em favor das mais desenvolvidas, alegando escassez de recursos. Citou como exemplo a execução orçamentária dos últimos anos.



Miranda: "Governo alega escassez"

Em 1995, a região foi contemplada, no Orçamento fiscal e de seguridade, com R\$ 3,17 bilhões, mas a média dos recursos liberados ficou em 64,12%. Em 1997, o total de recursos destinados à região cresceu para R\$ 3,76 bilhões, mas a média das verbas executadas ficou em 63,42%.

Enfaticou que lá está um terço da biodiversidade do planeta; centenas de espécies de anfíbios, répteis e mamíferos, milhares de espécies de pássaros e peixes, e milhões de espécies de invertebrados. Além da flora e dos minérios,

Senador afirma que, com pequenas alterações nos equipamentos, as usinas de álcool e açúcar poderão produzir eletricidade

Hollanda: geração de energia elétrica é saída para usineiros

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) afirmou ontem, em discurso, que a permissão para que empresas privadas produzam eletricidade e vendam para as distribuidoras será "de importância capital para dinamizar a economia nordestina". Com pequenas alterações nos equipamentos, as usinas de álcool e açúcar passarão a produzir energia, aproveitando o calor das suas caldeiras, a partir da queima do bagaço de cana.

Cada tonelada de cana pode gerar cerca de 20 quilowatts-hora de eletricidade. Os nove estados nordestinos, que produzem 48 milhões de toneladas, podem gerar nessa primeira fase 954 gigawatts-hora.



Hollanda: "Dinamizar a economia"

Trata-se de uma saída potencial para a crise que as usinas vêm enfrentando desde o colapso do Proálcool da queda dos preços internacionais do açúcar - assinalou Joel de Hollanda.

Numa segunda fase, conforme o senador, com investimento na troca das caldeiras

para que haja maior pressão, será possível dobrar a quantidade de energia por tonelada de cana. Numa terceira fase, com a tecnologia da gaseificação do bagaço e técnicas especiais de redução de consumo de vapor, as usinas de açúcar e álcool do Nordeste poderão gerar até 100 quilowatts-hora por tonelada de cana, oferecendo ao mercado 4.772 gigawatts-hora.

Joel de Hollanda pediu aos governos dos estados do Nordeste que, a exemplo do que já faz São Paulo, criem programas para viabilizar essa alternativa, concedendo financiamentos para adaptação dos equipamentos.

Alcântara destaca a importância do Iphan

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) ressaltou a importância do trabalho realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que comemorou 60 anos de fundação. Para ele o instituto foi responsável pela conservação de alguns "tesouros monumentais da arquitetura colonial".

O senador destacou o seminário "Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção", realizado em novembro do ano passado, em Fortaleza. Conforme assinalou, o seminário promoveu debate sobre a cri-

ação de instrumentos legais e sobre as diretrizes de ação visando a preservação desse patrimônio.

Explicou que o anteprojeto original de Mário Andrade para a criação do então chamado Serviço do Patrimônio Artístico Nacional já incluía a perspectiva de se trabalhar com a preservação do patrimônio imaterial, ou seja, "os saberes e fazeres: o artesanato, os cantares, as danças, os folgoes, os mitos, as cantigas de rodas" e não apenas as edificações e obras de arte materiais.

Como resultado do seminário, foi elaborada a Carta de Fortaleza, que entre as propostas inclui a atribuição ao Iphan da responsabilidade de refletir sobre o conceito de bem cultural imaterial; a realização do inventário dos bens culturais e a coordenação de um grupo de trabalho a ser criado pelo Ministério da Cultura, para desenvolver instrumento legal sobre a preservação dos bens culturais de natureza imaterial.



Alcântara: tesouros conservados

Lobão quer urgência para projeto de incentivo a fontes renováveis

O senador Edison Lobão (PFL-MA) dirigiu ontem apelo à Casa para que dê urgência à apreciação do Projeto de Lei nº 27/96, de sua autoria, que institui o Programa de Incentivos a Energias Renováveis - Pier. A iniciativa tem o propósito de promover o desenvolvimento das energias termossolar, fotovoltaica e eólica.

Esse projeto, conforme deixou expresso na justificativa, é o resultado de aprofundados estudos de especialistas no assunto, e de qualificados colaboradores de órgãos técnicos do Ministério da Ciência e Tecnologia, da Cemig, do Foro Permanente de Energias Renováveis e da Consultoria Legislativa do Senado. Trata-se, pois, de uma proposição muito bem fundamentada, plenamente adequada à nossa atual conjuntura e da maior importância para o Brasil - disse Lobão.

De acordo com o senador, a energia solar direta, obtida por captação termossolar e aplicada sobretudo em aquecimento de água, e a eletricidade produzida por conversão fotovoltaica - juntamente com a energia eólica - constituem as modalidades energéticas renováveis e não poluentes que merecem ser estimuladas.

São as formas mais promissoras, em termos de desenvolvimento tecnológico e comercial, capazes de contribuir para a melhoria das condições econômicas e sociais de significativa parcela da população brasileira, e para a diminuição dos desníveis regionais - frisou.

Lobão enfatizou que "o espírito da lei proposta é o de valorizar a opção solar, visto que o nosso país tropical dispõe da condição essencial que é um céu claro, permitindo mais que 2.500 horas de sol

por ano, requisito mínimo para o emprego econômico da energia solar".

O senador comentou os altos investimentos que o governo norte-americano estaria fazendo em pesquisa e implantação da energia solar: "Mesmo não tendo os Estados Unidos os privilégios de um país tropical, como o nosso, o seu governo está investindo no que lhe parece ser, em termos de energia, uma solução limpa para as futuras gerações".



Edison Lobão: "Solução limpa"